

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.186 - RJ (2018/0147758-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **LILIAN BARBOSA AMARAL ALVES CABRAL**
AGRAVANTE : **JOAO CARLOS ALVES CABRAL JUNIOR**
ADVOGADO : **JOÃO CARLOS ALVES CABRAL JÚNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ178056**
AGRAVADO : **VANDA FARIAS DA COSTA**
AGRAVADO : **BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S/A**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REGRESSO. 1. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. 2. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. 3. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. 4. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Lilian Barbosa Amaral Alves Cabral e João Carlos Alves Cabral Junior, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 114):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO. AÇÃO DE REGRESSO. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NA FORMA DO ART. 485, IV, DO CPC/2015, AO FUNDAMENTO DE NÃO HAVER A PARTE AUTORA RECOLHIDO AS CUSTAS DEVIDAS, CONSOANTE ESTABELECIDO NO DECISUM QUE INDEFERIU PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PRETENSÃO DE VER AFASTADA A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. BENEFÍCIO INDEFERIDO EM DECISÃO ANTERIOR CONTRA A QUAL NÃO FOI MANEJADO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO. DEMANDA EM QUE SE DISCUTE DIREITO DE REGRESSO

REFERENTE A COTAS CONDOMINIAIS DE IMÓVEL ADQUIRIDO PELOS RECORRENTES. MISERABILIDADE QUE NÃO SE VISLUMBRA, TAMBÉM POR ESSE ÂNGULO. AUSENTE QUALQUER ELEMENTO APTO A INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ANTERIOR DESTE RELATOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, os ora agravantes alegaram divergência jurisprudencial e violação aos arts. 5º, LXXIV, da CF; 6º da Lei n. 1.060/1950; e 99, *caput* e seu § 2º, do CPC/2015. Sustentaram, em síntese, que possuem direito à assistência jurídica integral e gratuita e que comprovaram de forma cabal e completa a impossibilidade de realizar o pagamento das despesas judiciais.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 126).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, deve-se ressaltar que o recurso especial não é a via própria para o debate de suposta violação de dispositivos constitucionais, porquanto a análise da matéria não é de competência desta Corte Superior, mas do Supremo Tribunal Federal, por expressa determinação da Carta Magna.

Cumprir observar que a temática inserta no art. 99, § 2º, do CPC/2015 não foi objeto de deliberação pelo Colegiado estadual, tampouco foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar sua discussão, ressentindo-se o recurso especial, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).

Importante ponderar, ademais, que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que os recorrentes demonstrem de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida bem como as razões, sob pena de inadmissão.

Portanto, ao interpor o recurso especial alegando ofensa também aos "arts. 98 e seguintes", constata-se que a argumentação apresentada mostra-se deficiente, atraindo,

assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA CONTRA CONDENAÇÃO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO.

1. A falta de indicação do dispositivo de lei considerado violado ou a que se tenha dado interpretação divergente caracteriza a ausência de fundamentação, circunstância que atrai o enunciado da Súmula 284/STF.

2. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

3. Ademais, descabe a esta Corte Superior apreciar as razões que levaram as instâncias ordinárias a aplicar ou não a multa por litigância de má-fé quando for necessário rever o suporte fático-probatório dos autos, como ocorre no presente caso. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 523.565/PA, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1º/9/2014)

Outrossim, observa-se, das razões do recurso especial, a falta de impugnação ao principal fundamento do acórdão recorrido: ocorrência de preclusão quanto ao pedido de deferimento da gratuidade de justiça por não ter manejado recurso no momento adequado (e-STJ, fl. 116). Assim, impositiva a aplicação do óbice da Súmula 283/STF.

Por outro lado, o Tribunal estadual, após acurada análise do acervo fático-probatório dos autos, consignou que os insurgentes possuem condições financeiras incompatíveis com a alegada impossibilidade de arcar com as despesas processuais (e-STJ, fl.117):

A alegação de alteração substancial de fortuna apta a tornar os recorrentes hipossuficientes não veio lastreada por provas cabais, sendo certo que a inscrição em cadastro restritivo não se revela suficiente para tal fim. O advento de prole igualmente se mostra incompatível com a sustentada miserabilidade.

Demais disso, a demanda trata de direito de regresso referente a cotas condominiais de imóvel adquirido pelos recorrentes, pelo valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), consoante se verifica de fls. 14/15, o que, da mesma forma, indica capacidade econômica.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, a alteração da conclusão supracitada demandaria análise do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

Por fim, é inviável o conhecimento do dissídio jurisprudencial apontado, visto que a simples transcrição das ementas, trechos ou inteiro teor dos julgados tidos como paradigmas, sem a realização do devido cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, não atende às exigências dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator